



Divulgação de fita obriga GDF a agir

Luis Osvaldo Grossmann
Da equipe do **Correio**

O que vinha sendo tratado com discrição pelas autoridades, agora é motivo de preocupação para o Governo do Distrito Federal. Após a divulgação, pelo **Correio**, ontem, de imagens de televisão que mostram a invasão da delegacia de Samambaia (26ªDP) por policiais militares, sexta-feira, o GDF divulgou nota oficial classificando de lamentável o episódio e exigindo punição dos responsáveis. Por enquanto, um tenente e três praças da Polícia Militar foram afastados de suas funções. O governo não divulgou o nome dos PMs punidos administrativamente. Segundo o Comandante-Geral, coronel Ruy Sampaio, outros policiais também trocarão o serviço de rua pelo trabalho burocrático à medida que forem identificados. Para isso, a PM utiliza as imagens gravadas no local.

Desde segunda-feira cópias da fita estão com a Corregedoria Geral de Polícia, onde corre o inquérito civil; com o coronel Hellen José Futuro Rocha Filho, responsável pelo inquérito policial militar, e com o Ministério Público do Distrito Federal, que acompanha as investigações. Nelas, são vistos aproximadamente 80 policiais militares entrando na delegacia para “resgatar” o cabo Herbert Santos Rodrigues — que havia sido detido pouco antes por desacato — e deixar o local disparando tiros para o alto. Os policiais não pertenciam exclusivamente ao batalhão de Samambaia, onde trabalha o cabo detido.

Pelas imagens, é possível identificar a participação de PMs da Companhia de Policiamento Rodoviário (CPRv) e dos batalhões de Ceilândia e Taguatinga. Os PMs seguiram para a 26ªDP depois que policiais civis avisaram ao oficial-de-dia do batalhão de Samambaia que um PM havia sido preso. Apesar de envolver policiais de várias unidades da PM, o comandante-geral, coronel Ruy Sampaio, não admite haver perdido o controle de sua tropa. “Falta de controle, de maneira alguma. Aquilo não é normal”, disse Sampaio.

Responsável pelo IPM, coronel Hellen afirma que já foram identificados entre 15 e 20 policiais que participaram da invasão. Os quatro PMs afastados até agora são aqueles que, além de aparecerem nas imagens, tiveram seus nomes confirmados por seus comandantes e pela escala de serviço daquela noite. Os nomes desses policiais, no entanto, não foram divulgados. “Não vou colocar a corda no pescoço de ninguém. Vamos apurar se houve crime e quem cometeu. Só então divulgaremos os nomes envolvidos”, justificou o encarregado do IPM. Os afastados também se-

AS PROVIDÊNCIAS

Em nota oficial o governador do DF manifestou “sua total repulsa ao acontecido e exigiu a abertura imediata de inquérito policial militar, a completa apuração dos fatos e o afastamento e punição dos responsáveis. O GDF informa, ainda, que também neste caso irá conduzir as investigações até a sua conclusão final, levando a julgamento e punindo devidamente os responsáveis”.

rão submetidos a acompanhamento psicológico.

Em entrevista à televisão ontem à noite, Jair Tedeschi elogiou o comandante-geral da PM e o diretor da Polícia Civil, Laerte Bessa, por terem controlado a situação na delegacia após a saída dos PMs. O secretário afirmou, também, que o governo tem pressa na apuração dos fatos. O coronel Hellen, porém, não vê urgência no caso. “A pressa é inimiga da perfeição. O importante é que cheguemos a um resultado correto, como aconteceu no episódio da Novacap”. Por lei, ele terá 40 dias para concluir o inquérito. Se for necessário, ainda poderá pedir prorrogação por mais 20 dias. A perícia dos armamentos e da munição utilizados na delegacia está entre os próximos passos do IPM. Hellen não descarta a convocação de policiais civis para prestar depoimento, além de todos os policiais militares reconhecidos na fita.

INQUÉRITO CIVIL

Quatro dos policiais civis e outras duas pessoas que também assistiram a confusão de perto prestaram depoimento. O inquérito, instaurado pela própria 26ªDP na segunda-feira, foi transferido no dia seguinte para a corregedoria. “Foi uma medida de bom senso administrativo, uma maneira de dar imparcialidade à apuração”, avaliou o corregedor da Polícia Civil, Francisco das Chagas Araújo. Ao contrário do IPM, que vai se limitar à atuação dos PMs na delegacia, o inquérito civil vai investigar, também, a prisão do cabo Herbert Rodrigues pelo delegado Gilberto Damasceno, que motivou a ação dos militares. O delegado garante que foi vítima de desacato. O cabo afirma que houve abuso de autoridade. Para o corregedor, o mais correto seria a ação da Polícia Civil para manter o PM detido, mas admite que a providência, naquele momento, poderia provocar um conflito ainda maior. Francisco Araújo pretende encaminhar, hoje, ofício ao Comando da Polícia Militar pedindo a identificação dos PMs que estiveram na delegacia.

As investigações dos dois inquéritos serão acompanhadas pelo Ministério Público do Distrito Federal. O procurador-geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, criou ontem uma comissão de dois promotores especialmente para isso. Para o promotor Nísio Tostes, um dos indicados, “o que aconteceu ali (em Samambaia) é da mais alta seriedade. Há indícios da prática de vários crimes”. O promotor acredita que a investigação vai exigir o depoimento de mais de 90 pessoas. As imagens do episódio sugerem que houve abuso de autoridade, dano, fuga de preso apoiada por grupo armado, desacato e desobediência, além de disparos de arma de fogo. Alguns crimes são previstos no Código Penal Militar. Nesse caso, o julgamento dos PMs eventualmente acusados será feito pela Auditoria Militar do Tribunal de Justiça.

COLABORARAM ANA MARIA CAMPOS E CLARISSA LIMA

Lindauro Gomes



O CORONEL HELLEN ROCHA FILHO, PRESIDENTE DO INQUÉRITO, ESTÁ ESTUDANDO AS IMAGENS PARA IDENTIFICAR OS POLICIAIS ENVOLVIDOS

O QUE DIZ A LEI	
CRIMES	CONTRAVENÇÃO
FUGA ■ art. 351 do Código Penal. Promover a fuga de pessoa legalmente presa ou detida. Praticado a mão armada ou por mais de uma pessoa, a pena é de reclusão de 2 a 6 anos	DISPARO DE ARMA DE FOGO ■ No caso, em via pública. contravenção prevista no artigo 28 do CP pena de 1 a 6 meses
DANO QUALIFICADO ■ art. 163 do CP - Tiros contra viaturas da Policia Civil. Crime contra patrimônio público. Pena entre 6 meses a 3 anos de detenção.	TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES
EXERCÍCIO ARBITRÁRIO OU ABUSO DE PODER ■ art 350 do CP. Tirar a liberdade de alguém sem as formalidades legais ou com abuso de poder. Detenção de 1 mês a 1 ano.	ABANDONO DO SERVIÇO ■ Oficiais e praças deixaram a cidade sem segurança enquanto atacavam a delegacia para resgatar colega preso, segundo o Código Disciplinar Militar.
DESACATO ■ art. 331 do CP. Desacatar um funcionário público no exercício da função. Pena de 6 meses a 2 anos de detenção.	DESCUMPRIMENTO DE ORDEM SUPERIOR ■ Para aqueles que, destacados para missões específicas, deixaram de lado a tarefa para ir à 26ªDP.

Roriz, o culpado (segundo Roriz)

“O GOVERNADOR É O CHEFE DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SEU ESTADO. POR ISSO, QUALQUER PROBLEMA COM A POLÍCIA É DE SUA RESPONSABILIDADE”

JOAQUIM RORIZ
Sobre a operação da PM na Estrutural, em 1998 que resultou na morte de 5 pessoas

Se um raciocínio utilizado por Joaquim Roriz e seus correligionários durante a campanha eleitoral de 1998 for utilizado agora, o governador do Distrito Federal terá de ser responsabilizado por pelo menos dois episódios desastrosos envolvendo a Polícia Militar do Distrito Federal. Em 1998, Roriz e seu staff de marketing usaram exaustivamente imagens de policiais militares encapuzados que invadiram barracos na invasão da Estrutural, no meio da noite, para vingar a morte de um colega, ocorrida no dia anterior. A responsabilidade pelo incidente que resultou na morte de cinco moradores foi atribuída, pelos correligionários de Roriz, ao então governador Cristovam Buarque. No último debate na televisão no segundo turno das eleições, o

assunto veio à tona. Roriz voltou a culpar o adversário pela ação da PM. Por causa disso, Cristovam o processou e pede uma indenização por calúnia e difamação contra Roriz, sob o argumento de que o pemedebista o chamou de assassino. O processo tramita na Justiça há dois anos. No mês passado, os dois adversários políticos tiveram a oportunidade de ficar frente a frente em uma audiência no Tribunal de Justiça do DF. Em seu depoimento em juízo, o atual governador disse que atribuía a culpa da ação da PM na Estrutural ao petista por um motivo muito simples: “O governador é o chefe da segurança pública de seu estado. Por isso, qualquer problema com a polícia é de sua responsabilidade. No meu governo, ninguém toma a iniciativa de uma operação sem me

consultar”, acusou Roriz. “Esta afirmação é uma confissão pelo que aconteceu na Novacap”, disse Cristovam ao **Correio** depois da audiência realizada no dia 10 de agosto. “No caso da Novacap, não tive conhecimento da operação”, defendeu-se Roriz. Sobre o episódio de sexta-feira na Delegacia de Samambaia, o governador não quis comentar. Limitou-se a divulgar uma nota oficial em que repudia os “lamentáveis incidentes” e promete apurar e punir os responsáveis. Mais uma vez, entretanto, Roriz demonstrou, no mínimo, que não tem controle pela corporação, embora tenha prometido assumir a responsabilidade pessoal pela segurança pública do DF, quando lançou o Segurança em Ação, em agosto.